

**ÁREA TEMÁTICA:**

- COMUNICAÇÃO**
- CULTURA**
- DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA**
- EDUCAÇÃO**
- MEIO AMBIENTE**
- SAÚDE**
- TECNOLOGIA E PRODUÇÃO**
- TRABALHO**

## **O ESPAÇO JURÍDICO NO PORTAL COMUNITÁRIO – INFORMAÇÃO A SERVIÇO DO CIDADÃO**

Fernanda Martorelli (femaelli@hotmail.com)

Cíntia Xavier (cintia\_xavierpg@yahoo.com.br)

**Resumo:** O Portal Comunitário é um projeto acadêmico de extensão voltado para a divulgação de informações cotidianas em Ponta Grossa. O foco do veículo é a comunicação comunitária e a cobertura jornalística de entidades e atores sociais que são pouco pautados pela mídia local. O presente trabalho destaca como o jornalismo utilitário encontra ênfase no Portal através da aba Espaço Jurídico, seção responsável por ofertar uma espécie de consultoria legal aos leitores em questões trabalhistas. Analisamos qual o alcance do conteúdo publicado no Espaço Jurídico e como o público externo interage por meio de comentários para expor dúvidas e promover o desenvolvimento da seção no site.

**Palavras-chave:** Comunicação comunitária. Jornalismo. Cidadania.

### INTRODUÇÃO

O Portal Comunitário ([www.portalcomunitario.jor.br/](http://www.portalcomunitario.jor.br/)) é uma iniciativa de comunicação criada em 2008, pelo curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Segundo a apresentação do projeto, “é um veículo onde os alunos de Jornalismo (...), junto com a comunidade envolvida, produzem e publicam conteúdo jornalístico e prestação de serviços.”<sup>1</sup>

A partir de 2015, com a implementação de um novo currículo pedagógico, o Portal Comunitário perdeu aos poucos o perfil de um jornal-laboratório. Com a extinção da disciplina de Comunicação Comunitária, em 2017, o Portal passou a ocupar apenas a posição de um projeto de extensão, aceitando alunos de todas as séries.

Cerca de 60 entidades participam do eixo de cobertura do Portal Comunitário. São atores sociais que recebem pouca ou nenhuma atenção da mídia tradicional, desde sindicatos trabalhistas à associações de moradores. É através do contato e da cobertura de tais entidades que o Portal atesta o seu caráter de veículo comunitário, servindo como uma ferramenta “na

---

<sup>1</sup> <http://www.portalcomunitario.jor.br/index.php/o-projeto>

construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa” (PERUZZO, 2008), e oportunizando a participação cidadã.

Em 2011, o Portal passou a produzir uma seção no site intitulada Espaço Jurídico. Tal seção responde dúvidas dos leitores sobre direitos e deveres trabalhistas, Constituição, e outros temas. As perguntas são enviadas por e-mails ou comentários na página, e são respondidas por graduandos de Direito da UEPG, que integram o projeto de extensão. Os alunos de jornalismo também participam na coordenação, produção e na manutenção do conteúdo que é postado no site.

A consultoria jurídica é um exemplo de como o gênero utilitário encontra espaço no Portal Comunitário. Por vezes chamado de jornalismo de serviço ou jornalismo de utilidade pública, o gênero utilitário refere-se à publicação de “informações que se configuram como material jornalístico útil para o cidadão, em suas ações habituais” (VAZ, 2010).

Segundo Marques de Mello (2010, p.22), o gênero utilitário surgiu no fim do século XX, com o intuito de encorajar a cidadania participativa, que é, também, um dos objetivos do Portal Comunitário. Vaz (2010) afirma que, em uma sociedade caracterizada pelo consumismo e pela amplitude de produtos, o gênero utilitário presta um serviço aos cidadãos, fornecendo “a informação que o receptor necessita ou que poderá se tornar necessária em algum momento.”

Nesse sentido, o material que compõe a seção Espaço Jurídico pode ser classificado como um conteúdo utilitário, pois presta um serviço aos leitores ao ofertar condições de emancipá-los através do conhecimento jurídico, ao passo que o perfil comunitário do site enfatiza a “expressão das lutas populares por melhores condições de vida” (PERUZZO, 2008).

## OBJETIVOS

A partir do seu caráter comunitário, o Portal contribui para estreitar a relação entre a comunicação e o exercício de cidadania para atores sociais minoritários. Sobre a função da mídia para a legitimação e o reconhecimento de grupos sociais, Paiva e Barbalho (2005, p. 37) afirmam que “a cidadania, para as minorias, começa, antes de tudo, com o acesso democrático aos meios de comunicação”.

A seção Espaço Jurídico, além de cumprir com uma demanda de jornalismo utilitário, também reforça o compromisso do Portal em promover a cidadania, através de diretrizes da área do Direito. Portanto, o objetivo deste trabalho é relatar como a seção de consultoria

jurídica do Portal Comunitário tem sido recepcionada pelo público do site nos 5 anos em que foi publicada.

## METODOLOGIA

O presente trabalho tem como objeto a seção intitulada Espaço Jurídico ([www.portalcomunitario.jor.br/index.php/espaco-juridico](http://www.portalcomunitario.jor.br/index.php/espaco-juridico)), que reúne as matérias de consultoria trabalhista produzidas pelo Portal. Realizamos uma pesquisa de ordem quantitativa e qualitativa – quantitativa para determinar o número de acessos e os comentários em todas as matérias na aba, postadas entre 2011 e 2016; e qualitativa para determinar se o conteúdo das matérias pode ser considerado jornalismo utilitário.

## RESULTADOS

Como já observado, o Portal empenha-se pela promoção da comunicação comunitária para atingir, através dela, o reconhecimento de grupos e atores sociais que não são pautados pela mídia hegemônica. A estreita relação com a comunidade e com as entidades municipais coloca o Portal como um dos veículos de maior prestígio do curso de Jornalismo da instituição – só as matérias da seção jurídica possuem aproximadamente 130 mil acessos.

A comunicação comunitária aliada ao gênero utilitário, como vimos, é uma marca registrada do Portal. Além do espaço que está sendo analisado neste trabalho, também percebemos o jornalismo de serviço em outros quadros, como na divulgação das vagas de emprego disponíveis na Agência dos Trabalhadores em Ponta Grossa e no agendamento de atividades das entidades parceiras.

Na seção Espaço Jurídico, encontramos o que Peruzzo (2008) chama de “conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo”: crítico e emancipador pois é através dele que cidadãos e trabalhadores irão familiarizar-se com os seus direitos, e reivindicativo porque ensina a conquistá-los. São, no total, 14 matérias, que mantêm um tom pedagógico, contribuindo para tornar a comunicação no site “um processo democrático e educativo” (PERUZZO, 2008). Nesse sentido, os títulos das matérias destacam que trata-se de uma série de aprendizado, usando expressões como “conheça” e “fique por dentro”.

Os comentários presentes no site vão desde perguntas a elogios. São parte essencial da análise do projeto pois indicam um suposto engajamento dos leitores com o conteúdo que está sendo ofertado. Os comentários também apontam para uma tendência interessante – o público do site não tem a intenção de permanecer anônimo. Ao deixar as suas dúvidas, por exemplo, deixa também informações de contato, porque deseja ser atendido. Dessa forma, o

*feedback* é muito mais próximo, se assemelhando à dinâmica da carta do leitor, formato comum em veículos impressos. Contudo, a maioria dos posts do Espaço Jurídico não apresentam comentários, o que provavelmente deve-se a falta de familiaridade dos leitores com a plataforma ou o desinteresse pela interação via comentários.

O público também participa por sugerir temas. Essa participação foi incentivada desde a primeira postagem do Espaço Jurídico, em 2011. São as sugestões e os questionamentos dos leitores que pautam o desenvolvimento da seção.

Percebe-se, ao analisar a data das publicações, que a periodicidade do Espaço Jurídico é irregular, isto é, os intervalos não seguem uma lógica temporal. No ano de 2015, a seção não recebeu nenhuma atualização, o que pode ser explicado pela introdução do novo currículo pedagógico do curso de Jornalismo da UEPG. Neste novo currículo, o Portal deixou de estar vinculado a uma disciplina teórico-prática e perdeu paulatinamente o caráter de um jornal-laboratório.

Quando a seção voltou a ser atualizada, em 2016, o número de acessos e de comentários teve uma reduzida. Além da pausa em relação ao ano anterior (2015), a queda nas visualizações pode também ter ocorrido devido ao lançamento de um novo produto jornalístico no curso – o Portal Periódico ([www.periodico.jor.br/](http://www.periodico.jor.br/)). Ao contrário do Portal Comunitário, o Periódico preocupa-se com a produção de notícias factuais e matérias investigativas, deixando, assim, pouco espaço para a cobertura de sindicatos, associações e outros atores sociais.

Além da baixa nos acessos, percebemos em 2016 o surgimento de um novo formato no Espaço Jurídico, que são os programas em áudio no modelo de uma rápida entrevista com um especialista. Os programas receberam o nome “Uma questão de Direito.”

A mudança de texto para áudio foi adotada como uma estratégia para alcançar mais e pessoas e facilitar o acesso ao conteúdo da seção. A inovação nos formatos não é exclusiva à comunicação comunitária, porém, sobre ela, Peruzzo (2008) destaca que há “a apropriação de novas tecnologias da comunicação e incorporação com mais clareza da noção do acesso à comunicação como direito humano.” No Espaço Jurídico, a busca pela inovação de formatos não teve sucesso esperado, visto que os textos da aba possuem um acesso muito superior aos programas em áudio. A rejeição do público, cremos, não ocorre pela mudança da técnica de produção, mas, sim, pela interrupção na periodicidade do programa no ano de 2015, quando o curso de Jornalismo da UEPG passou por mudanças curriculares que desestabilizaram o andamento do projeto.

A tabela abaixo relaciona os dados coletados para a produção deste trabalho.

<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Formato</b>	<b>Acessos</b>	<b>Comentários</b>
10/out/11	Espaço Jurídico – A Seção (apresentação da seção)	Texto	6922 acessos	Não há comentários
11/out/11	As greves, do ponto de vista dos trabalhadores. Você não faria?	Texto	4277 acessos	1 comentário
28/nov/11	Benefício de prestação continuada: um direito do cidadão	Texto	3607 acessos	Não há comentários
15/abr/12	Horas extras, compensação e banco de horas: conheça os direitos dos trabalhadores	Texto	40862 acessos	63 comentários
14/ago/12	Banco de horas (Resposta à pergunta de leitora)	Texto	3764 acessos	Não há comentários
02/mai/13	Direitos dos trabalhadores: fique por dentro (Perguntas e respostas)	Texto	59301 acessos	184 comentários
04/out/13	Livre acesso ao judiciário	Texto	4767 acessos	5 comentários
16/fev/14	O portador e a portadora de deficiência física e seus direitos	Texto	2772 acessos	Não há comentários
05/mai/14	O transporte coletivo e a pessoa portadora de deficiência	Texto	2133 acessos	Não há comentários
28/ago/14	Seguro Desemprego	Texto	2227 acessos	Não há comentários
17/out/14	O motoboy e seus direitos	Texto	2416 acessos	Não há comentários
06/jul/16	Descontos nos salários dos trabalhadores	Áudio	451 acessos	Não há comentários
10/jul/16	Flexibilização das leis trabalhistas	Áudio	533 acessos	Não há comentários
26/jul/16	Licença remunerada	Áudio	456 acessos	Não há comentários

<b>TOTAL</b>	<b>14 matérias</b>	<b>11 textos</b>	<b>134,578</b>	<b>253</b>
		<b>3 áudios</b>	<b>acessos</b>	<b>comentários</b>

Tabela 1: Publicações no Portal Comunitário na seção Espaço Jurídico, entre 2011 e 2016.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além da sua importância para a cobertura de entidades e atores sociais locais, o Portal Comunitário, sobretudo a seção Espaço Jurídico, também se apresenta como um instrumento útil ao cidadão, para que este venha a conhecer seus direitos e deveres.

No âmbito acadêmico, ainda é possível destacar a união dos departamentos de Direito e de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa para a manutenção do Espaço Jurídico. A atuação conjunta de tais setores reforça os princípios da comunicação comunitária que são colocados em prática para garantir a máxima eficácia do projeto.

APOIO: Fundação Araucária/SETL PROEX/UEPG

## REFERÊNCIAS

MARQUES DE MELO, José. **Panorama diacrônico dos gêneros jornalísticos**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., Caxias do Sul, 2010. Anais eletrônicos. São Paulo: Intercom, 2010.

PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

PERUZZO, Cicilia M. Kroling. **Conceitos de comunicação popular, alternativa comunitária revistados. Reelaboraões no setor**. 2008. Disponível em <<http://palavraclave.unisabana.edu.co/index.php/palavraclave/article/view/1503/1744>>.

Acesso em 20 mai. 2017

PORTAL Comunitário. Disponível em <<http://www.portalcomunitario.jor.br/>>. Acesso em 20 mai. 2017

VAZ, Tyciane Cronemberger Viana. Gênero Utilitário. In: Francisco de Assis; José Marques de Melo. (Org.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. 1 ed. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista, 2010.